

TRABALHO, ESTIGMA E USO DE DROGAS: ENCRUZILHADAS DA INSERÇÃO AO MERCADO ATUAL

WORK, STIGMA AND DRUG USE: CROSSROADS OF INSERT CURRENT MARKET

Graziela Scheffer*

Auriane Quixaba**

RESUMO: O artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa realizada no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras drogas (CAPS-AD) com os usuários e profissionais acerca da inserção do dependente químico no mercado trabalho. O objetivo foi analisar percepção da inserção no mercado de trabalho dos usuários de drogas na relação com o estigma do uso de substâncias psicoativas.

Palavras-chave: CAPS-AD. mercado de trabalho. estigma. drogas.

ABSTRACT: *The article is based on a qualitative survey conducted in Psychosocial Care Center for Alcohol and Other Drugs (CAPS-AD) with users and professionals about the insertion of the chemical dependent on the market work. The objective was to analyze perception of inclusion in drug users labor market in relation to the stigma of substance abuse.*

Keywords: *CAPS-AD, the labor market, stigma, drugs.*

INTRODUÇÃO

Abordar sobre temática das drogas é sempre polêmico na sociedade brasileira pelos valores “conservadores” da ancestral sociabilidade capitalista, apesar dos avanços nos debates e nas políticas públicas de cuidado de saúde com usuários de uso abusivo de álcool e outras drogas.

O termo “dependente”, no sentido geral, é uma doença prevista na “Classificação Internacional das Doenças (CID)”. Essa norma é emitida pela OMS, órgão da ONU. No “sentido

* Assistente Social, Doutora e Mestre em Serviço Social (UFRJ), Especialista em Saúde Mental Coletiva (ESP/RS), Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Grupo de Estudos e Extensão - Saúde, Interdisciplinaridade & Cidadania (GESIC).

** Assistente social (UFT), Residente em Saúde Mental pela Prefeitura de Palmas (TO), integrante do Grupo de Estudos e Extensão- Saúde, Interdisciplinaridade & Cidadania (GESIC).

geral” significa que abrange outras dependências, como jogo, sexo, computadores etc. Há critérios médicos para diferenciar um usuário ocasional do dependente. Também há leis restritivas para dependentes/usuários exercerem algumas atividades, como pilotar aviões, caminhões e outros veículos automotores, além de máquinas que exijam concentração e domínio das percepções de tempo e distância, pois estas são alteradas pelo consumo de algumas drogas (álcool, *Cannabis*, LSD).

Em 2003 na III Conferência Nacional de Saúde Mental foi consolidado o compromisso para a efetivação e estruturação de redes para o atendimento aos usuários de álcool e outras drogas. No ano seguinte foi publicado a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas, acompanhando a lógica da Reforma Psiquiátrica, e como um desenrolar da Lei Federal n. 10.216/2001, também denominada de Política Nacional de Saúde Mental (PNSM). Essa política de atenção aos usuários de álcool e outras drogas rompeu, no plano legal com o modelo de intervenção institucional baseado no binômio médico e jurídico, hegemônico durante todo o século XX. A partir dessa nova forma de atenção em saúde mental foi criado o CAPS-AD com o objetivo de atender as pessoas dependentes de alguma substância psicoativa (SPAs), por meio de tratamento e o acolhimento integral aos usuários e seus familiares.

Em 2006 foi aprovada no Brasil pelos parlamentares, coordenados pelo SENAD, a Lei n. 11.343; também se instituiu pelo Decreto n. 5.912 de 27 de setembro de 2006. o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Foi a partir dessa lei que o usuário de substâncias psicoativas passou a ser diferenciado do traficante, onde foi reconhecido que a atenção ao usuário/dependente deve ser voltada ao oferecimento de oportunidade de reflexão sobre o próprio consumo, ao invés de encarceramento.

O usuário de SPAs – Substâncias Psicoativas – passou a receber restauração com o objetivo de ressocialização e a reabilitação da saúde. (SENAD, 2011, p. 219). Pode-se, então, considerar que foi significativo na ampliação da rede de cuidados aos usuários

de álcool e drogas, reconhecendo os direitos e fornecendo um tratamento humanizado para esses sujeitos.

Entretanto, essas conquistas vêm sendo ameaçadas por uma retomada neo higienismo, atualizando as linhas limítrofes entre a proteção e a punição por meio das intervenções do judiciário junto aos usuários de drogas. As propostas de cunho neo higienistas vem atrelados as formas de controle e normatização das condutas dos pobres. Cabe ressaltar, que quando falamos de higienismo entendemos que discurso da higiene do corpo se espraia para áreas de comportamento normativo da vida social dos sujeitos.

Diante das marchas e contramarchas da proteção e punição acerca da questão das drogas na sociedade, o artigo buscou problematizar a relação entre estigma de “drogado” e o acesso ao trabalho, na visão dos usuários de substâncias psicoativas e profissionais que trabalham no CAPS-AD.

1 CLASSES PERIGOSAS E AS DROGAS: INVISIBILIDADE DAS RELAÇÕES DE CLASSES E ETNICO- RACIAL

Tendo que viver escondido no submundo
Tratado como pilantra, safado, vagabundo
Por fumar uma erva fumada em todo mundo
É mais que seguro proibir que é um absurdo
Aí provoca um tráfico que te mata em um segundo
A polícia de um lado e o usuário do outro
Eles vivem numa boa e o povo no esgoto.

(Planet Hemp).

O monumental desemprego, a falta de oportunidades para estudar e a precarização constante do trabalho deixaram ainda mais difícil ter uma profissão e se inserir no mercado; assim, grande parte da população passa a ser descartável, não podendo competir no mercado de trabalho que está cada vez mais excludente; com isso as pessoas tiveram que organizar novas formas de produção de renda, onde o trabalho informal e

a ilegalidade passam a ser um meio de sobrevivência e o tráfico de drogas passa a ser uma das poucas opções de sobrevivência. O tráfico, apesar de sua ilegalidade, fornece um meio para esses sujeitos, que foram excluídos ou não tiveram oportunidade de inserção no mercado de trabalho formalizado, manterem o sustento próprio e da família; porém, como consequência, estigmatiza e exclui ainda mais o indivíduo da sociedade e lhe acarreta a discriminação e a criminalização.

Para Jesse de Souza (2009), a “legitimidade” da desigualdades sociais no Brasil perpassam pelo esquecimento do pertencimento de classe e, ou seja, fica obscurecida a raiz das assimetrias sociais e conflitos entre os sujeitos sociais. Esse fato da “invisibilidade da classe” que aparece no cotidiano dos “olhos” do senso comum como um atribuído de mérito individual, e não como algo construído socialmente por meio das relações de classes. “E apenas porque classes se tornam invisíveis é que senso comum e as ciências que se constroem a partir delas podem ver o indivíduo e o mérito individual como fonte legítima de privilégios” (SOUZA, 2009, p. 47). Sendo que o segmento pobre que forma a “ralé estrutural”:

Essa classe social que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate ‘á fome” etc. (SOUZA, 2009, p. 21).

Sob outro ângulo não só é invisível da questão da classe no Brasil, mas também questão étnico- racial . Desse modo “Penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado”. (WACQUANT, 1999, p. 6).

A reboque do passado a atualidade pós-fordista e pós – keynesiana, as práticas repressoras da força policial vem reeditando sob novas mediações da violência simbólica e física imbricado nas relações de classe e étnico-raciais, visto que alvo principal da repressão são as favelas formada historicamente pelo segmento negro

O recorte da hierarquia de classes e da estratificação étnico-racial e a discriminação baseada na cor, endêmica nas burocracias policial e judiciária. Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor “se beneficiam” de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldade de acesso a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. (WACQUANT, 1999, p. 6).

Aliado ao fato da pobreza e falta de oportunidade, os usuários de substâncias psicoativas (SPAs) também são duplamente criminalizados sob espectro das classes perigosas, ora como doente-violento, ora como traficante- violento.

Cabe ressaltar, que a gestão originária da visão da periculosidade social acerca dos segmentos que compõe as classes perigosas surgiu no Brasil no período da Velha República:

No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em esmiuçar a cena urbana e seus personagens populares voltaram sua atenção para o cortiço, considerado no século XIX como o locus da pobreza, espaço onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam, em grande número, vadios e malandros, a chamada “classe perigosa”. (VALLARES, 2000, p. 7).

No Brasil da época havia uma visão “negativa” do trabalho manual associada à escravidão, tornando-se necessário o disciplinamento dos trabalhadores por meio da inculcação de “novos” valores para atender ao moderno padrão produtivo. Portanto, a arquitetura histórica da relação entre classes

perigosas e uso de substância psicoativa tem os seus alicerces no disciplinamento da sociabilidade na centralidade do trabalho.

Neste sentido, tratar a questão da sociabilidade dos trabalhadores urbanos é admitir que a dominação se deu na totalidade da vida social, com manifestações específicas para seu aspecto não fabril. (...) Construir o trabalhador adequado ao modo de produção capitalista incluiu construir o seu modo de viver através da imposição de normas e valores para sua família e para suas formas de convivência. (BACKX, 1994, p. 76).

O texto “Os males do alcoolismo”, da palestra proferida pelo Padre Prado, no Centro dos Operários Católicos do Brasil em 1913, expõe claramente a articulação entre religião e medicina na moralização e disciplinamento das classes operárias.

O homem dado ao vício da embriaguez é inútil quando não perigoso, fica obscuro; se é justo, torna-se inconsequente e cruel; se é sábio, embrutece o espírito e apaga os luminosos fochos da razão; se é bom, torna-se mau; se é honrado, avilta-se; se é religioso, abraça libertinagem. (...) pessoas que se embriagam para terem coragem de praticar os maiores crimes, desde falta de respeito aos superiores até o assassinato. Prova cabal de que a bebida em demasia leva ao homem maiores desatinos e aos crimes mais censuráveis. (PRADO, 1913 apud CARONE, 1984, p. 270-271).

O segundo argumento foi que o uso do álcool levava à loucura, doença e desintegração familiar:

A medicina, meus senhores, condena o alcoolismo, e por quê? Porque estudando as moléstias, descobriu grande mal que as bebidas produzem no corpo humano. (...) E a loucura? Essa cegueira da alma, ante a qual todos ficam horrorizados, a loucura é ainda causada pelo álcool. (...) grande parte dos habitantes de hospícios de alienados, dizem médicos notáveis, foram enviados pelo abuso de bebidas. Filho do alcoólico é condenado ao raquitismo, à

escrofulose (...). O alcoolismo é, pois, condenado pela Religião, pela Moral e pela Ciência, tanto são os males que acarreta ao indivíduo, à família e à sociedade. (CARONE, 1984, p. 272-273).

Outro aspecto termo classes perigosas é o alinhamento com a questão étnico-racial, de gênero e até de comportamento político, como no caso de revolucionários.

Cesar Lombroso tornou o racismo uma questão policial. Segundo Lombroso¹, os delinquentes nasciam delinquentes, e nos sinais de animalidade que os denunciavam eram os mesmos sinais peculiares aos negros africanos e aos indígenas (...) homicidas tinham pômulos largos, cabelo crespos e escuro, pouca barba, grandes caninos; os ladrões tinham nariz achatados; os violadores, pálpebras e lábios grossos. (...) “até mulheres consideradas normais tem sinais criminaloides”. Também os revolucionários: “nunca vi um anarquista de rosto simétrico”. (GALEANO, 2011, p. 56).

A questão do uso de drogas vincula-se a uma forma de criminalização da pobreza imbuída pela lógica das classes perigosas, “o ‘mito da marginalidade’ não desapareceu simplesmente. Na verdade década de 80 retoma seus ingredientes: o clichê segundo o qual os favelados são vistos como traficantes de drogas ou, pelo menos, como criaturas socialmente perigosas e moralmente deformadas, porque cúmplices dos traficantes”. (SOUZA, 2005, p. 90).

A partir do fim da década de 90, o Brasil vem importando dos Estados Unidos a “doutrina da tolerância zero”, onde a repressão aos pobres, negros e favelados, seguidos de punição e encarceramento, vem se instalando como uma forma de segurança pública. “A doutrina da tolerância zero propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila

¹ Este professor italiano, que era judeu, quis demonstrar a periculosidade dos selvagens primitivos através de um método muito semelhante ao que Hitler utilizou, meio século depois, para justificar o antissemitismo (GALEANO, 2011, p. 56).

os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a *invasores estrangeiros* – o que facilita a amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente” (WACQUANT, 2011, p. 30). Isso aflorou ainda mais uma constante separação de classes, que se arrasta até os dias atuais, onde as oportunidades para um grupo de pessoas ficam mais escassas a cada dia, não por serem pessoas que não estejam adeptas para o ingresso no mercado de trabalho, mas por serem pessoas que, historicamente, já vêm sofrendo com o preconceito racial e vêm sendo agravada os estereótipos como “perigosas”, “marginais”, “vagabundos”. O usuário de drogas faz parte dessa concepção histórica, que vem atualizada no sistema neoliberal na concepção de classes “perigosas” e “incivilizadas”.

Esse estigma não facilita em nada o ingresso dessas pessoas na sociedade “civilizada”; pelo contrário, com a falta de oportunidade que a sociedade brutalmente lhes extrai, só impulsiona mais essas pessoas à situação de dependência que a sociedade tanto condena. Esses estereótipos discriminatórios são sustentados por dois alicerces, a desigualdade social e a falta de oportunidades igualitárias para todos.

Vivemos numa sociedade quais as pessoas são classificadas como “mocinhos” e “bandidos”; essa classificação leva em conta a pobreza, a falta de oportunidade e a falta de estudos e é um fator para criminalizar as pessoas e rotulá-las como “bandidos”. “A sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades.” (WACQUANT, 2011, p. 8).

Muitos dos usuários de substâncias psicoativas fazem seu uso sem que a sociedade esteja ciente da sua situação de dependência; ou seja, ocultam seu estigma social dos colegas de trabalho e até mesmo de familiares, para que assim não sejam julgados e marginalizados pela sociedade como pessoas diferentes e incapazes de se inserirem no mercado de trabalho. Conforme Goffman (1891, p. 7) “um estigma é então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito,

em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito”.

No mercado de trabalho também não é diferente; a intenção do estudo é mostrar que as pessoas não são “caixinhas prontas” e que podem, em algum momento da vida, terem um comportamento “desviantes” para os olhos da sociedade, mais isso não os caracterizam como perigosos, estranhos, diferentes ou que não estejam aptos ao trabalho; essas pessoas devem ser reinseridas socialmente e não estigmatizadas e criminalizadas por sua situação.

Devido a uma característica do sujeito considerada “minoritária” e diferenciada das “normais”, o usuário passa a ser alguém desacreditado; ele sempre é e será apontado como o diferente, o estranho: “sugeriu-se que o indivíduo estigmatizado se define como não diferente de qualquer outro ser humano, embora ao mesmo tempo ele e as pessoas próximas o definam como alguém marginalizado”. (GOFFMAN, 1991, p. 119). O uso de drogas ilícitas é visto pela sociedade como algo anormal, perigoso e marginalizado, o sujeito que faz uso de tais substâncias é considerado como rebelde, irresponsável, perigoso, marginal, bandido e incapaz de um convívio social, sendo sugeridos pela família, amigos e boa parte da sociedade que esse sujeito seja internado e medicado para que possa se adequar as normas societárias, “a principal característica da categoria acusatória “drogado” é, segundo ele, trazer à tona a ideia de “doença mental”, capaz de retirar do indivíduo o pleno discernimento racional e uma ameaça para a reprodução “sadia” da sociedade (FIORE, 2006, p. 39).

Quando o sujeito dependente químico é estigmatizado como um “criminoso” ou “doente” ele naturalmente será visto e considerado pela sociedade e pelo mercado de trabalho como uma pessoa incapacitada para desenvolver qualquer função ocupacional; ou seja, ele não terá a oportunidade de mostrar sua capacidade e produtividade. O uso abusivo de drogas traz consigo a característica de rebeldia, irresponsabilidade; acarretando, assim, prejuízos financeiros para o dependente químico, pois, querendo ou não, a sociedade discrimina como “diferente” algo que não conhecem e as oportunidades de uma inserção no mercado de trabalho serão

diminuídas; o sujeito pode até ter vontade e disponibilidade para o trabalho; porém, o estigma de “drogado” lhe trará algumas consequências diante do modelo societário vigente.

Para Fiore (2006, p. 40), “os usuários de drogas são considerados desviantes porque infringem uma norma social e legal reconhecida e institucionalizada, e não porque, de fato, pratiquem uma ação com um sentido naturalmente desviante ou não-funcional para o conjunto da sociedade”. O dependente químico fica estigmatizado, logo rotulado socialmente. A sociedade consegue ver apenas “um lado da moeda”, ou seja, somente o estigma das drogas, deixando de enxergar o sujeito como um cidadão comum que merece as mesmas oportunidades de inserção como qualquer outro, o que acarreta para o dependente químico a afloração da falta de trabalho que, se para as pessoas “normais” o mercado de trabalho já se encontra competitivo, para o dependente químico as chances de inserção ficam cada vez mais escassas, chegando a tal ponto de que o dependente químico só é visto pela sociedade como um “drogado” e nada mais.

2 TRABALHO E ESTIGMA NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS E DOS USUÁRIOS DO CAPS –AD

Eu estou descontraído
Não que eu tivesse bebido
Nem que eu tivesse fumado
Pra falar de vida alheia

Mas digo sinceramente
Na vida, a coisa mais feia
É gente que vive chorando
De barriga cheia
(Zeca Pagodinho).

A pesquisa teve a participação de três (03) profissionais e sete (07) usuários. Na coleta de dados com os profissionais utilizou-se questionários e com os usuários utilizamos a entrevista semiestruturada. O objetivo era analisar como os usuários de

álcool e outras drogas têm se inserido no mercado de trabalho, a partir da visão dos usuários e dos profissionais do CAPS-AD. A análise pautou-se no referencial do interacionismo simbólico, no sentido que visa analisar os processos de socialização e ressocialização dos usuários do CAPS-AD no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na sociedade.

Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 1981 p. 8).

O interacionismo simbólico é importante no estudo da vida social, pois por meio dele podemos perceber que as pessoas são seres capazes de raciocinar e flexibilizar para se adequarem às diferentes situações.

Assim, o interacionismo simbólico é uma das formas de se interpretar as percepções das pessoas, o significado e o sentido que eles dão às coisas e como estes relatos se relacionam com as experiências vivenciadas. O interacionismo simbólico é uma metodologia empírica que usa procedimentos tais como: estudos de caso, entrevistas, observação participante, história de vida, conversações, análise de documentos, cartas, diários entre outros. O termo interacionismo vem da palavra interagir, que significa “agir mutuamente”. (SANTOS, S., 2008, p. 3).

Para melhor compreensão e análise, organizamos os dados em eixos temáticos que se encontram no item seguinte.

2.1 A percepção dos usuários: resultados da **instigação**

A pesquisa intitulada foi realizada no CAPS-AD , e teve como entrevistados 07 (sete) usuários e 03 (três) profissionais durante o período de feitura do estágio. Seguem os resultados.

- *Eixo 1: Perfil dos entrevistados*

Nesse primeiro eixo tem-se o objetivo de traçar um perfil dos usuários de álcool e outras drogas, a fim de verificar a interface entre a inserção no mercado de trabalho e as condições dos sujeitos acerca de sua faixa etária, escolaridade, tipo de substância e da origem étnico-racial. Os usuários entrevistados tinham entre 18 e 37 anos; sendo assim, pode-se dizer que trata-se de pessoas jovens que podem e devem estar inseridas no mercado de trabalho, pois o que pudemos analisar por meio das entrevistas é que nenhum dos usuários entrevistados estão inaptos em suas condições físicas e mentais; porém a maioria diz que não está trabalhando por falta de oportunidade no mercado de trabalho; somente dois dos entrevistados dizem estão inseridos no mercado de trabalho. Porém, um deles diz que o fato dele estar trabalhando, deve-se à sua aprovação em um concurso público, pois ele afirma que, antes de ser efetivado como funcionário público, não conseguia ingressar no mercado de trabalho pelo fato de que este está muito competitivo e por contratar trabalhadores que não tenham vícios. Os usuários entrevistados, na sua maioria, tinham profissões para se inserirem no mercado de trabalho; algumas das profissões eram as de vendedor, motorista, entregador, marceneiro, cozinheiro e garçom e ajudante de produção. Porém, os usuários entrevistados diziam não conseguir se inserirem no mercado de trabalho devido à falta de oportunidades, o que também pode-se articular com a discriminação em relação ao dependente químico. Outro entrevistado diz que devido à discriminação e o preconceito contra os usuários de SPAs, o trabalho informal é a única forma que ele encontra para prover seu sustento.

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max e Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria do cotidiano. (WACQUANT, 2011, p. 8).

A falta de emprego e oportunidades para os jovens leva a muitos deles a procurarem subsídios de adequação e sobrevivência, inserindo-se onde eles sintam aceitação, o que os levam a procurarem pela ilegalidade, pois neste meio não existem tantas exigências e métodos excludentes como há no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que os entrevistados, em sua maioria, faziam uso do álcool ou diziam que o álcool foi uma porta de entrada para o uso das outras drogas, o que leva “desmitificar” que a maconha seria a principal droga que desencadeia as outras.

Com relação à escolaridade dos usuários entrevistados, cerca de 03 (três) pessoas tinham o Ensino médio, 03 (três) tinham Ensino Médio Incompleto e 01 (um) tinha o 1º Ensino Fundamental. Analisando esses sujeitos percebe-se que nenhum deles teve oportunidades de ingressar em um estudo de nível superior, seja pelas condições financeiras que não lhes permitiam ou por uma falta de incentivo do estado que não provisionou as oportunidades ou qualquer método de inserção dessas pessoas em uma rede de ensino superior. Mais da metade dos usuários entrevistados eram negros e pardos e somente 02 (dois) deles estavam inseridos no mercado de trabalho; os outros 05 (cinco) diziam que estavam desempregados pela falta de oportunidades de trabalho para o dependente químico. .

Podemos associar nessa análise o grau de escolaridade dos usuários entrevistados do CAPS-AD, a questão étnico-racial e o número dos entrevistados que estão inseridos no mercado de trabalho e os que não estão. Com isso, observa-se que o uso de SPAs associado à questão étnico-racial gera uma discriminação em grande escala e, como se vê, nenhum dos entrevistados teve a oportunidade de ingressar na faculdade; até mesmo pelo fato de

serem oriundos das classes populares, que no decorrer da história sempre foram criminalizados e marginalizados, por serem uma classe que vive à “margem” da sociedade, com grandes dificuldades em relação às oportunidades e direitos de ensino, educação e saúde.

O Brasil é, do ponto de vista jurídico-formal, uma democracia. Todos são iguais perante a lei, cidadãos com direitos e deveres iguais. Mas a realidade experimentada no cotidiano mostra uma realidade muito diferente. Muita coisa explica a miséria absoluta, o ‘jeitinho’, o apadrinhamento, a benevolência da lei para com os brancos e de colarinho e gravata, a fome cíclica no sertão, a explosão de favelas etc. (...). Estes se veem às voltas com uma situação paradoxal: em um mundo oficialmente de iguais, são tratados como peças fora do jogo. Quando se voltam para o universo simbólico, no qual deveriam encontrar pontos de apoio para a construção de uma imagem à qual possam se identificar, encontram um espelho que não lhes devolve imagem alguma. (BEZERRA, 2005, p. 48).

Bezerra (2005) mostra em sua citação como se dá as desigualdades sociais no Brasil e como tudo é muito mais difícil para aqueles que são considerados “irrelevantes” para a sociedade e para o mercado brutal de trabalho. Essas pessoas procuram um apoio que não encontram na sociedade, que diz que todos são iguais perante a lei com direitos e deveres, mas na realidade não é assim que acontece.

- ***Eixo 2: Inserção e permanência no mercado de trabalho***

Neste eixo se fará uma análise da percepção dos usuários e dos profissionais entrevistados do CAPS-AD, com relação à dificuldade de inserção no mercado de trabalho que os usuários de SPAs encontram. Serão apresentados os depoimentos dos usuários sobre suas experiências no trabalho e como eles sentiram essa discriminação, tanto na dificuldade de inserção quanto no próprio

trabalho. Inicia-se a análise apresentado os dados dos usuários entrevistados com relação à inserção no mercado de trabalho. Em um universo de 07 (sete) usuários entrevistados, encontra-se 01 (um) empregado, 05 (cinco) desempregados e 01 (um) com trabalho informal. Como já mencionado anteriormente, os 05 (cinco) que estão desempregados dizem isso devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho, que vem sendo agravada devido à discriminação das empresas em contratar um dependente químico, mesmo em tratamento. A seguir, veja-se o depoimento de um usuário entrevistado que diz já ter sofrido discriminação no mercado de trabalho devido à sua condição de dependência.

Sim! Já fui demitido por conta da minha relação com o álcool. Eu nunca fui embriagado para o trabalho não! Mas assumo que já tomei uns tragos no meu horário de almoço, mas nada demais! Algo corriqueiro mesmo! Mas meu patrão não gostou muito não e me demitiu. Acho que fui injustiçado, discriminado, sei lá! Pois eu não estava bêbado e estava produzindo normalmente no trabalho. Talvez tenha sido uma forma que ele achou de se prevenir. (USUÁRIO ENTREVISTADO 3).

A relação que o dependente químico tem com a substância e com a visibilidade social que deve repassar para a empresa em que trabalha é um caso a ser pensado e analisado cuidadosamente, pois o dependente químico fica em um impasse se deve esconder sua situação ou se deve confiar e manter uma relação de cumplicidade com o empregador a respeito da sua situação. Mas, ao mesmo tempo, o dependente químico traz consigo o receio de ser discriminado ou até mesmo demitido, optando muitas vezes esconder do empregador e dos demais colegas a sua dependência, ficando desse modo com a angústia de, a qualquer momento, sua situação se tornar visível para as outras pessoas e, conseqüentemente, sua permanência naquele emprego ficar ameaçada. Goffman (1891, p. 59) vem nos dizer que:

Em primeiro lugar, a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecido”. Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, levará o seu estigma a ser conhecido. Mas se outras pessoas conhecem ou ao o estigma de um indivíduo depende de um outro fator além de sua visibilidade corrente, ou seja, de que elas conheçam, ou não, previamente o indivíduo estigmatizado – e esse conhecimento pode estar baseado em mexericos sobre ele ou num contato anterior com ele durante o qual o estigma mostrou-se visível.

A visibilidade de um estigma em meio a essa sociedade preconceituosa e excludente em tempos atuais gera discriminação e opressão, obrigando as pessoas a adequar-se os comportamentos impostos. Os sujeitos que se “desviam” desses padrões se deparam com as dificuldades de inserção e permanência no trabalho. No entanto, o mercado de trabalho encontra-se em acirrada competição; as vagas são insuficientes para todos; com isso, o mercado tende a categorizar as pessoas em dois grupos, os que servem para o trabalho e os “descartáveis”, ficando nesse último grupo os sujeitos que, para a sociedade, são mal vistos ou são vistos como “marginais”, “vagabundos” ou “irrelevantes”; infelizmente, o uso abusivo de drogas traz consigo esses preconceitos, ficando cada vez mais difícil o dependente químico ser aceito socialmente no trabalho. Vejam-se as falas dos entrevistados que ilustram dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Olha eu vou te contar que não foi fácil nesse meu último emprego, foi difícil pra conseguir entrar na empresa, pois já sabiam por lá que eu era usuário de drogas, mais com muito custo consegui o trabalho, mas foi por pouco tempo. Fui demitido devido a uma única falta, todos faltavam de vez em quando, mas não sei porque que implicaram comigo, faltei uma única vez, e não foi devido ao uso de drogas não! Faltei pra resolver uns problemas em casa. Mas não teve jeito, eles encasquetaram que eu estava usando drogas, então me demitiram. (USUÁRIO ENTREVISTADO 4).

Eu moro em uma cidade pequena que todo mundo conhece todo mundo, então todos sabem que eu sou usuário de drogas, por isso não consigo trabalho em lugar nenhum. Terminei o 2º grau, fiz uns cursos profissionalizantes aí, mas mesmo assim ninguém quer me dá trabalho. (USUÁRIO ENTREVISTADO 5).

A partir dos relatos, os entrevistados apontam que a situação de dependência química não os atrapalha em desempenho; porém, os maiores impasses são a aceitação das empresas e o descrédito que a sociedade tem com relação a estes sujeitos. Isso ocorre até mesmo pelo fato da sociedade desconhecer o assunto sobre a dependência química, trazendo consigo julgamentos preconceituosos e marginalizantes, de “bandido”, “irresponsável”, “perigoso”, “drogado” entre outros. Esse estigma faz com que o dependente químico fique com a imagem como se seus únicos objetivos da vida fossem somente o uso da droga.

Cabe ao Ministério da Saúde investir em campanhas esclarecedoras e informativas com relação, não só a dependência química, mas também ao tratamento e a socialização. Pois, por meio de campanhas desse caráter, a sociedade poderá ter mais conhecimento com a questão da dependência química e, pouco a pouco, vai poder quebrar com o preconceito da droga que a assombra ao longo da história. Ressalta-se somente uma entrevista na qual o usuário informava que estava empregado formalmente, pois havia passado em um concurso público. Mas afirma que, antes de ingressar em um cargo público, sentia dificuldades para conseguir trabalho por ser usuário de drogas.

Graças a Deus eu consegui passar em um concurso público e estou trabalhando, pois antes “tava” difícil pra mim arrumar trabalho. Eu não sei o que as pessoas pensam, só porque alguém é usuário de drogas eles acham que agente vai andar por aí drogado 24 h por dia. Principalmente essas pessoas mais antigas, pensam que usuário de drogas não serve pra nada, a não ser pra usar drogas. Eu

*mesmo nunca usei nada no período de trabalho.
(USUÁRIO ENTREVISTADO 6).*

Observando a fala do usuário entrevistado comprova-se que vivemos em uma sociedade onde a discriminação contra o dependente químico é histórica, por mais que o dependente tente adequar-se aos padrões societários, o preconceito está internalizado socialmente com relação ao uso de drogas.

As atitudes que nós, “normais”, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. (GOFFMAN, 1981, p. 8).

O autor em sua citação define como a sociedade se comporta diante do “diferente”, do estigmatizado. Afirmar também que a discriminação da sociedade diante do estigmatizado pode, consciente ou inconscientemente, reduzir as chances de oportunidades na vida dos sujeitos estigmatizados. Os sujeitos dependentes químicos que estão ou já estiveram inseridos no mercado de trabalho, sofrem ou já sofreram com a dificuldade de permanência, pois as discriminações dos colegas de trabalho e até mesmo do empregador são constantes. Pois, assim que um estigma de usuário de álcool ou outras drogas é visível, o grau de confiabilidade neste sujeito fica posto em “cheque”. Abaixo se registra as falas de alguns usuários entrevistados que sofreram algum tipo de discriminação ou tiveram dificuldades com a permanência no mercado de trabalho devido serem usuários de álcool ou outras drogas.

Eu tenho um pouco de dificuldades de permanecer no emprego, por conta do uso do álcool, já fui demitido também, não por estar embriagado, mais me disseram que eu estava com cheiro de bebida, eu não sei se é verdade, pois essa coisa de cheiro de

bebida a gente não consegue sentir na gente mesmo (USUÁRIO ENTREVISTADO 1).

Conforme entrevistados, notamos que o estigma acarreta preconceito e discriminação, mesmo quando o sujeito não está sob efeito da substância, ocasionando, dessa maneira, rótulos discriminatórios e a quebra da confiabilidade.

Os signos portadores de informação social variam é claro, no que se refere à sua confiabilidade. Vasos capilares dilatados no rosto e no nariz, algumas vezes chamados de “estigma venoso” com maior propriedade do que se acredita, podem ser, e o são, tomados como indicadores de excessos alcoólicos. Entretanto, os abstêmios também podem exibir o mesmo símbolo por outras razões fisiológicas dando, assim, lugar a suspeitas injustificadas sobre si mesmos mas que, apesar disso, eles devem enfrentar. (GOFFMAN, 1981, p. 57).

Portando a visibilidade social do sujeito, mesmo que não seja sua real condição, será uma porta de entrada para um estigma, sendo alvo do preconceito e da discriminação. A sociedade atual ou até mesmo histórica fazem suas conclusões a partir de um pré-julgamento de algo ou alguém que não conhecem, desenvolvendo, assim, o preconceito.

Em suma analisamos até momento relatos dos usuários entrevistados os quais todos afirmam estarem aptos ao trabalho; porém, o mercado de trabalho está excludente, escasso e está cada vez mais competitivo, gerando assim grandes índices de desemprego. Os dependentes químicos lidam com essa metamorfose do mercado de trabalho e sua competitividade; além disso, têm que lidar com os estigmas de “vadiagem”, “doentes”, “perigosos”, “irresponsáveis” e “bandidos”. Essa mesma perspectiva é compartilhada nas falas dos profissionais entrevistados do CAPS-AD sobre a inserção do usuário de álcool ou outras drogas no mercado de trabalho:

O mercado de trabalho reage com receio de recaídas e não assiduidade ao serviço. Assim,

as oportunidades restringem-se à minoria.”
(PROFISSIONAL ENTREVISTADO 1).

A questão da droga é vista pela sociedade com muito preconceito. O usuário é tido como “vagabundo”, “marginal” por grande parte dos familiares e a sociedade. Ainda são muito incipientes as informações do que seja um dependente químico, que da hora que passa a ser dependente torna-se um doente e como tal, necessita tratar-se. Sendo assim, o mercado de trabalho também tem internalizado esses preconceitos, o que dificulta, com certeza, a inserção dessas pessoas.
(PROFISSIONAL ENTREVISTADO 2).

O usuário do CAPS-AD sofre todos os tipos de discriminação. Ele vive à margem da sociedade e é excluído, até pelos profissionais especializados da área. Quanto ao mercado de trabalho, falta qualificação e oportunidades, pela discriminação. Isso está mudando a partir de projetos nacionais do pessoal do Direito, que está abrindo oportunidades de vaga no mercado de trabalho.
(PROFISSIONAL ENTREVISTADO 3).

Observa-se que todos os profissionais entrevistados reconhecem a discriminação e a falta de oportunidade que o usuário de drogas vem sofrendo na sociedade e no mercado de trabalho, até mesmo por um fator histórico e classista. Pela fala destes profissionais entendemos que a sociedade discrimina o que não conhece o que é considerado “diferente” ao olhar societário e internaliza o preconceito considerando, assim, o usuário de drogas um “doente” ou “vagabundo”, inapto para o mercado de trabalho. No entanto, não existe nenhum programa de incentivo à inserção no mercado de trabalho ou alguma campanha do Ministério da Saúde que contribua no combate a esse tipo de discriminação.

A estigmatização traz consequências às identidades dos usuários que talvez sejam mais duradouras que o próprio efeito químico do uso. Quando

o estigma – entendendo- se estigma como um status negativo – de ser usuário adere à pele de um cidadão, sua identidade torna-se passível de ser socialmente configurada de forma que outras de suas características psicossociais constitutivas e papéis tendam a tornar-se secundários. Nesse sentido, aqui é proposta uma reflexão não em torno do usuário que não tem outra representatividade distinta da representatividade de usuário, mas do usuário que consegue sustentar outros papéis sociais sem que o consumo de psicoativos o reduza ao papel e à representação exclusivos de usuário. (LUIS, 2008, p. 2).

Os estigmas trazem consequências para a vida social do sujeito, deixando-o com papéis e funções sociais restritos, o de “drogado”, não se enxergando, dessa maneira, além do uso de drogas, o sujeito capaz de cumprir com suas obrigações e papéis sociais. Como já mencionado anteriormente, faltam campanhas que desmistifiquem com os estereótipos que se impregnaram nesses sujeitos ao longo da história, estereótipos que o inferiorizam e o discriminam na sociedade. Veja-se por meio das falas dos profissionais entrevistados sobre as dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho:

Percebe-se que há receio do mercado em manter ou dar oportunidade a um paciente, mesmo em tratamento. Assim vê-se que os pacientes preferem omitir sua verdadeira situação a arriscar uma cumplicidade com o empregador. (PROFISSIONAL ENTREVISTADO 1).

Eles apresentam dificuldades no que diz respeito a rotinas e normas; além do mais, a imagem do usuário de álcool e outras drogas está sempre associada à violência e à marginalidade, o que dificulta sua reinserção social (PROFISSIONAL ENTREVISTADO 3).

Os profissionais apontam que há muita discriminação e falta de oportunidades para o sujeito que faz uso de drogas

acarretando, assim, vários estigmas e estereótipos que, muitas vezes, o sujeito tenta esconder da sociedade ou da empresa onde trabalha, até mesmo para preservar o seu emprego ou por medo de uma demissão devido ao preconceito.

Porém, percebemos nas falas dos profissionais entrevistados 02 (dois) e 03 (três) que os próprios profissionais criam estereótipos e estigmatizam as pessoas com dependência química, pois demonstram pensamentos preconceituosos quando se referem ao dependente como um sujeito incapaz de cumprir com outras funções sociais e normas ou que levam uma vida somente em função do uso da droga, cometendo crimes, delitos, furtos e agressividade. Nas falas dos usuários entrevistados que existe uma vontade da parte deles de se inserirem no mercado de trabalho, mas devido à discriminação e a falta de entendimento e desconhecimento das empresas no que diz respeito à dependência química, elas sentem receio em contratar um usuário de SPAs. Os entrevistados dizem que não conseguem um trabalho cujo empregador entenda sua situação ficando, assim, mais difícil a inserção e permanência no mercado de trabalho. No entanto, o que analisamos foi a falta de oportunidades que os sujeitos que fazem uso de álcool ou outras drogas encontram no mercado de trabalho; nenhum dos entrevistados relata que, pelo fato do uso das substâncias psicoativas, não consigam cumprir com suas funções no trabalho, o que nos leva a considerar que a discriminação está enraizada na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

- ***Eixo 3: Discriminação e estigma***

Neste eixo apresenta-se as falas dos usuários entrevistados que já sofreram algum tipo de preconceito e discriminação no local de trabalho e como se sentem com relação à discriminação que a sociedade carrega internalizada. Devido a tais receios, os dependentes químicos sentem-se impotentes para irem buscar e competir a uma vaga no mercado de trabalho. Também se apresenta, neste eixo, algumas falas onde eles narram trechos de suas vidas e como foram discriminados socialmente e no mercado de trabalho. Durante a

análise das entrevistas nota-se que a maior parte (71%) dos usuários entrevistados alegam já terem sofrido algum tipo de preconceito no local de trabalho, o que é um percentual considerável nos dias atuais. As pessoas que se consideram “normais” trazem consigo preconceitos enraizados historicamente, de que o usuário de SPAs é “marginal”, “vagabundo”, “perigoso”, “violento”, entre outros. E esses preconceitos e discriminações acarretam graves prejuízos à vida dessas pessoas que são precipitadamente rotuladas, pois além de já estarem lidando com a difícil situação de dependência, ainda se sentem excluídos, diferentes e marginalizados, o que os levam a sentir receio em buscar uma vaga no mercado de trabalho. Nas entrevistas questionamos aos usuários entrevistado se eles sentiam algum receio de disputarem uma vaga no mercado de trabalho e obtemos a resposta de que a maioria dos entrevistados sente medo da discriminação, não se sentindo capazes de competir com os considerados “normais” para a sociedade.

Abaixo identificamos alguns relatos dos usuários entrevistados que dizem que precisam esconder seu estigma para serem aceitos socialmente e não serem discriminados pelo mercado de trabalho e pelos colegas de trabalho. A questão do encobrimento do estigma da dependência de drogas é um fator que causa insegurança e medo para o usuário, pois sente-se ameaçado em ser descoberto e perder a vaga de emprego para um trabalhador considerado “normal”.

Eu nunca sofri discriminação, porém escondia para os meus colegas e para a empresa minha situação de dependência. (USUÁRIO ENTREVISTADO 2).

Goffman (1991, p. 84) aponta que o momento que o estigma de um sujeito fica sempre aparente, o interesse por ele seria limitado; porém, ele não pode esconder seu estigma de todos para sempre, pois se assim fosse, ele se tornaria um sujeito isolado. As pessoas costumam esconder seus estigmas para serem aceitas socialmente e com o usuário de SPAs não é diferente; porém, por mais que ele tente esconder seu estigma, sempre irá haver uma insegurança e receio de que as pessoas

descubram e, no caso da relação de empregado e empregador, não irá haver uma cumplicidade, uma confiança, até mesmo pelo receio da discriminação e de uma possível demissão. Vejamos os relatos dos usuários entrevistado que revelaram seu estigma de dependente químico no mercado de trabalho e que, por meio desse fato, sofreram discriminação dos colegas de trabalho.

Pra mim é um choque de realidade, quando percebo que meus colegas de trabalho não aceitam minha situação de dependência com o álcool. (USUÁRIO ENTREVISTADO 1).

Sempre recebi dos meus colegas conselhos considerados por mim discriminatórios. (USUÁRIO ENTREVISTADO 3).

Meus colegas no trabalho sempre me diziam que eu não conseguiria cumprir com o trabalho, devido o meu vício". (USUÁRIO ENTREVISTADO 5).

Quando sou discriminado por ser usuário de drogas me sinto diferente das demais pessoas. Vem em mim um sentimento de tristeza. (USUÁRIO ENTREVISTADO 7).

Nota-se nas falas dos usuários entrevistados que as discriminações sofridas lhes traziam tristeza e sentimento de inferioridade, sentindo-se diferentes das demais pessoas; também observa-se em algumas falas que alguns usuários sentiam-se na obrigação de esconder sua situação, por terem medo da discriminação. Algumas falas nos remetem a questão da criminalização do sujeito devido ao seu estigma, sua situação, sendo uma forma de culpar o indivíduo pela situação em que se encontra.

Quando o estigma de um indivíduo se instaura nele durante a sua estadia numa instituição, e quando a instituição conserva sobre ele uma influência desacreditadora durante algum tempo após a sua saída, pode-se esperar o surgimento de um ciclo específico de encobrimento. (...) Para

o primeiro emprego, o ingresso oficial exigia que o empregador, e às vezes o chefe pessoal, conhecesse o seu estigma, mas havia sempre possibilidades de que os níveis mais baixos da organização e os companheiros de trabalho fossem conservados numa certa ignorância do fato. Como foi sugerido, isso poderia implicar um certo grau de insegurança porque não se saberia com certeza quem “conhecia” e quem “desconhecia” o fato, e até quando duraria a ignorância dos que não o conheciam. (GOFFMAN, 1981, p. 105).

Respostas que obtemos dos usuários entrevistados quando questionados sobre o receio de ir à busca de uma vaga no mercado de trabalho.

Tenho medo de procurar trabalho sim, porque sou muito conhecido aqui na cidade e tenho medo de ser discriminado. (USUÁRIO ENTREVISTADO 3).

Tenho medo de procurar um novo trabalho sim! Eu não pretendo beber mais, mas mesmo assim tenho medo da discriminação. (USUÁRIO ENTREVISTADO 5).

Não tenho medo com relação a isso, pois sou concursado e não pretendo deixar meu trabalho e sei que não serei demitido. E também sei conciliar o trabalho com a dependência. (USUÁRIO ENTREVISTADO 6).

Tenho medo de ir procurar um trabalho e encontrar uma pessoa conhecida que saiba da minha situação, por isso optei trabalhar informalmente. (USUÁRIO ENTREVISTADO 7).

Nas falas dos entrevistados percebe-se que o principal impasse em competir por uma vaga no mercado de trabalho é o medo da discriminação, pois, por já se sentirem inferiorizados e diferentes dos considerados “normais” e com vários estereótipos societários, preferem não competir ou optam pela informalidade. Analisamos, assim, que a discriminação é um

empecilho na vida desses sujeitos trazendo, desse modo, sérios prejuízos para essa parcela da sociedade. “A sociedade divide as pessoas conforme seus estigmas ou defeitos físicos, gerando a partir daí o preconceito contra aqueles que são diferentes”. (GOFFMAN, 1991, p. 138). Assim vê-se que muitos sujeitos não conseguem a oportunidade e nem mesmo a possibilidade de serem “explorados” pelo mercado de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Que culpa tenho eu
Me diga amigo meu
Será que tudo que eu gosto
É ilegal, é imoral ou engorda*

(Roberto Carlos e Erasmo Carlos)

Verifica-se no estudo que a discriminação, o preconceito e a estigmatização assombram a vida dos usuários e até mesmo dos ex-usuários de álcool e outras drogas, pois, como citamos anteriormente, apesar dos avanços da Política Nacional sobre Drogas, o usuário ainda tem obstáculos na sua inserção social. Esse estigma vem se retroalimentando pela internalização na concepção de “drogado” entre as pessoas, empresas e empregadores, articulado ao discurso do uso de drogas ligado ao “crime” e “vadiagem” que provoca também receios entre os usuários na busca de trabalho.

Os usuários de álcool ou outras drogas têm dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, não por serem pessoas inaptas para o trabalho, mas pelo fato da existência da avalanche do desemprego, além também da competitividade e da discriminação que ocorre em relação aos dependentes químicos, negros, pardos e as classes subalternas, sendo considerados pelo mercado neoliberal como pessoas irrelevantes para ao mercado. Ao fim da pesquisa identificamos vários conflitos entre o dependente químico e o acesso ao trabalho a partir do estigma de “drogado”. Pudemos, com essa pesquisa, identificar as discriminações,

preconceitos e estigmas que o dependente químico lida no mercado de trabalho. Identificamos também que as pessoas, os empregadores e boa parcela da sociedade desconhecem o tema da dependência química; por isso, temem o “diferente”, o “desvio de comportamento”, pois a sociedade já impôs um comportamento padrão para os sujeitos e tudo o que se desvia deste comportamento normal é considerado “perigoso” e “desviante”. Chegamos ao resultado de que necessita-se de mais discussões e campanhas esclarecedoras e informativas a respeito do que seja a dependência química, para que se possa quebrar as correntes do estigma que vem nos aprisionando usuários na história da periculosidade social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed., São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. ed. Fiocruz, 2007.

AMARANTE, P; SOUZA, L. E. **CONTRA O CRACK: MAIS RESPEITO À CIDADANIA!** – 2012. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/noticias/noticia_int.php?id_noticia=1153 Acesso: dia 25 de Março de 2013.

_____, **“Asilos, alienados e alienistas. Pequena História da Psiquiatria no Brasil”**. IN: AMARANTE, Paulo (org). *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. 1994, 2º Reimpressão. (Pág. 73 a 84). Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=150223&indexSearch=ID> Acesso: dia 23 de Outubro de 2012.

BACKX, S. S. **Serviço Social - Reexaminando sua história**. Rio de Janeiro: AS, 1994.

BEZERRA, B. Jr. **“Identidade, Diferença e Exclusão na Sociedade Brasileira Contemporânea”** IN: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do Prazer: drogas. Aids e direitos humanos.** – 2. ed., Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BRASIL, M. da S. **Transformações das Políticas Públicas brasileiras sobre Álcool e outras drogas.** – parte 1, 2011. Disponível em: <http://drogasecidadania.cfp.org.br/transformacoes-das-politicas-publicas-brasileiras-sobre-alcool-e-outras-drogas-parte-1/> Acesso: dia 24 de dez. de 2012.

_____. **Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos.** – 2013. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=225660> Acesso: dia 21 de mar. de 2013.

CARONE, E. **O movimento operário no Brasil (1877-1944).** São Paulo: DIFEL, 1984.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** – 3. ed., Rio de Janeiro: Câmpus, 1980.

CARVALHO, V. D.; BORGES L. O.; RÊGO D. P. **Interacionismo Simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social.** – Psicologia Ciência e Profissão, 2010, 30 (1), (p. 146-161). Disponível em: www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a11.pdf Acesso: dia 21 de mar. de 2013.

DELGADO, P. G. **“Drogas: O Desafio da Saúde Pública”** IN: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do Prazer: drogas. Aids e direitos humanos.** – 2. ed., Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

FARIAS, A. C.; BARROS, C. **Tráfico de Drogas: Uma opção entre escolhas escassas.** – 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000300011&script=sciarttext> Acesso: dia 20 de mar. de 2013.

FERREIRA, A. H. **“Tolerância Zero” e “Lei e Ordem”: OS ‘Ditos’ e os ‘Interditos’ do Poder Punitivo – Estado de Goiás de 2003 a 2009.** – 2010. Disponível em: www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3853.pdf Acesso: dia 25 de mar. de 2013.

FIGLIORE, M. **Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público.** – Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006.

GALEANO, E. **De pernas pro ar- A escola do Mundo ao Avesso.** Porto Alegre: L&PM POCKET, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, Publicação original, 1891.

IANNI, O. **Dialética das Relações Raciais.** – 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf Acesso: dia 01 de abril de 2013.

LEAL, E. M.; DELGADO, P. G. “**Clínica e cotidiano: o CAPS como dispositivo de desinstitucionalização**”. In: PINHEIRO, R; GULJOR, A. P; SILVA, A. G; MATOS, R. A. (Orgs.). **Desinstitucionalização da Saúde Mental: Contribuições para estudos avaliativos.** Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/LAPPIS: ABRASCO, 2007. p. 284, (Série Saúde Participativa). (p. 137-154).

LISBOA, M. A. **Redução de Danos no Brasil.** – 2008. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/jovem/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=226&sid=14> Acesso no dia 27 de fev. de 2013.

SANTOS, R. S. **Interacionismo Simbólico: uma abordagem teórica de análise na saúde.** – *Enfermagem Brasil* 2008;7(4):232-7 – jul/ago 2008. Disponível em: http://www.atlanticaeditora.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=753:ebv7n4artigo8&catid=125&Itemid=68 acesso dia: 21 de Março de 2013.

SOUZA, M. L. “**Revisando a Crítica ao Mito da Marginalidade: A população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas.**” IN: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do Prazer: drogas. Aids e direitos humanos.** 2. ed., Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009

SCHENKER, M. *Valores familiares e uso abusivo de drogas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000500037&lang=pt acesso: dia 05 de nov. de 2012.

TESSER, C. D.; NETO, P. P.; CAMPOS, G. W. S. **Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família**. *Ciência e saúde coletiva*, v. 15, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232010000900036&script=sci_arttext acesso: dia 10 de out. de 2012.

VALLARES, L. “A gênese da favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44.

WACQUANT, L. **As prisões da Miséria**. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.